

ESPAÇOS COLETIVOS DE TRABALHO: OUTROS PRINCÍPIOS DE ANÁLISE

COLLECTIVE WORKSPACES: OTHER PRINCIPLES OF ANALYSIS |

ESPACIOS COLECTIVOS DE TRABAJO: OTROS PRINCIPIOS DE ANÁLISIS

VIVIANE ZERLOTINI DA SILVA

RESUMO

O presente trabalho propõe a superação de equívocos conceituais, presentes nos fundamentos de propostas elaboradas por técnicos especialistas, para os espaços de trabalho associado, neste texto denominados espaços coletivos de trabalho. Pretende-se identificar outras bases conceituais no âmbito da produção do espaço, que possam nortear as decisões desses técnicos de modo a potencializar os traços de autonomia encontrados nas práticas espaciais engendradas por esses grupos. Acredita-se na necessidade de superar propostas de cunho produtivistas baseadas no argumento “geração de trabalho e renda”, ou em afirmações supostamente diversas do universo da produção, a exemplo de argumentos humanistas e culturalistas. Sem a pretensão de elaborar propostas idealistas, a pesquisa explora as premissas que fundamentam os conceitos de “pobreza política” de Pedro Demo, “vida cotidiana” de Henri Lefebvre, “precedência do trabalho de reprodução” de Silke Kapp e Sulamita Lino, “autonomia coletiva” de Marcelo Lopes de Souza, de modo a delinear os princípios fundamentais existentes nos processos de produção cotidiana de espaços ditos socialistas.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia coletiva. Espaço de trabalho associado. Pobreza política. Produção cotidiana do espaço.

ABSTRACT

The aim of the study was to propose the overcoming of conceptual errors present in the proposals developed by technical experts regarding associated workspaces, called collective workspaces in this study. The objective is to identify other conceptual bases within the production of space that can guide the decisions of these technicians to maximize the features of autonomy in the socio-spatial practices created by these groups. It is believed that the concept of productivism, which is based on the argument “generation of work and income” or statements supposedly different from the universe of production, such as the humanist and culturalist arguments, needs to be overcome. Without claiming to develop idealistic proposals, the study explores the assumptions underlying the

concepts of “political poverty” of Pedro Demo, “everyday life” of Henri Lefebvre, “precedence of work reproduction” of Silke Kapp and Shulamith Lino, “collective autonomy” of Marcelo Lopes de Souza, to outline the fundamental principles existing in the processes of everyday production of socialist spaces.

KEYWORDS: *Collective autonomy. Associated workspaces. Political poverty. Everyday production of space.*

RESUMEN

El presente trabajo propone la superación de los errores conceptuales, presentes en los fundamentos de las propuestas elaboradas por técnicos especialistas, para los espacios de trabajo asociado, en este texto llamados espacios colectivos de trabajo. Se tiene la intención de identificar otras bases conceptuales en el ámbito de la producción del espacio, que puedan guiar las decisiones de estos técnicos con el fin de maximizar las características de la autonomía encontrados en las prácticas espaciales engendradas por estos grupos. Se cree en la necesidad de superar las propuestas productivistas que se basan en el argumento “generación de empleo y renta”, o en afirmaciones supuestamente diversas al universo de la producción, a ejemplo de humanistas y culturalistas. Sin la pretensión de elaborar propuestas idealistas, la investigación explora las premisas que fundamentan los conceptos de “pobreza política” de Pedro Demo, “vida cotidiana” de Henri Lefebvre, “precedencia del trabajo de reproducción” de Silke Kapp y Sulamita Lino, “autonomía colectiva” de Marcelo Lopes de Souza, de modo a delinear los principios fundamentales existentes en los procesos de producción cotidiana de espacios dichos socialistas.

PALABRAS CLAVE: *Autonomía colectiva. Espacio de trabajo asociado. Pobreza política. Producción cotidiana del espacio.*

INTRODUÇÃO

Este artigo se debruça sobre a investigação de bases conceituais que possam direcionar futuras intervenções técnicas em espaços apropriados por grupos de trabalhadores, que se associam para garantir condições objetivas e subjetivas de sobrevivência. O objetivo é, a partir dessa discussão conceitual, identificar premissas teóricas sobre o processo de produção do espaço pelos grupos de trabalho associado e para eles. A intenção última é a construção de uma base conceitual, que possibilite análises consistentes sobre os limites que esses grupos enfrentam no seu cotidiano de produção do espaço. Acredita-se que a partir dessa compreensão é possível delinear categorias espaciais a serem consideradas em futuras pesquisas e intervenções práticas na produção do espaço de trabalho associado, de maneira a contribuir com a luta desses grupos pela conquista de emancipação social.

DESENVOLVIMENTO

As práticas populares de busca de soluções, no cotidiano, para as questões de sobrevivência, contêm um componente político, pois surgem na tentativa de se emancipar do capital, incapaz de gerar empregos em quantidade e qualidade suficientes, e de se emancipar do poder do Estado com seus programas restritos de distribuição e redistribuição de renda. No âmbito do espaço, uma dessas práticas populares é o que se denomina, neste artigo, de apropriação do espaço. Diante das determinações do Estado ou da iniciativa privada, a população, organizada ou não, elabora táticas e estratégias para se apropriar do espaço.

Reconhece-se nas práticas cotidianas populares a busca das classes dominadas — dentre elas, os trabalhadores pobres associados — pelas condições de sua existência face as contradições do modo capitalista de produção, em especial às diferenças de acesso às vantagens sociais. Entende-se por coletivo de trabalho os trabalhadores associados que se reúnem com o propósito de garantir as condições de existência do grupo. Tal definição contempla as associações, cooperativas ou unidades familiares. Esse reconhecimento desloca a discussão teórica sobre as iniciativas de combate à pobreza do conceito quantitativo de *pobreza material* para a noção qualitativa de *pobreza política*, que inclui a pobreza material, mas vai muito além dela (Demo 1996).

Simplificando as coisas, configuram-se pelo menos dois “bens escassos”: recursos e poder. Perante a infinitude dos desejos e pretensões humanos, nunca há tudo para todos, mas essa condição em si natural (a natureza é finita) é exacerbada em sociedades que concentram excessivamente as vantagens e oportunidades. Nesse caso, trata-se de escassez produzida, mantida, cultivada, reprimida. Na pobreza não encontramos só o traço da destituição material, mas igualmente a marca da segregação, que torna a pobreza produto típico da sociedade, variando seu contexto na história conhecida e reproduzindo-se a característica de repressão do acesso às vantagens e oportunidades sociais (Demo, 1996, p.6).

No âmbito do espaço, o reconhecimento de traços, pistas, vestígios de formas autônomas de conquista de espaço aponta para a superação das costumeiras intervenções exclusivas do campo econômico, que têm no binômio *ocupação e renda* a base de suas propostas.

O foco nas práticas cotidianas dos grupos de trabalho associado, que tentam reduzir a contradição entre a autoderterminação das condições de sobrevivência e as determinações externas advindas do Estado e ou do Capital, exige dos observadores desse fenômeno um olhar mais abrangente, além do argumento ocupação e renda, uma vez que o trabalho, entendido exclusivamente como atividade produtora de riqueza, não é uma categoria totalizante das práticas cotidianas, como o senso comum técnico possa considerar. Dito de outro modo, o trabalho evidentemente garante um sobreproduto, mas ele

não está presente em todas as esferas da vida. Cabe à classe dos trabalhadores juntar, em seu cotidiano, o que a sociedade capitalista dividiu:

[...] a classe operária apresenta a totalidade, a plenitude das dimensões humanas. Ela se torna portadora de uma reivindicação total, que engloba e até mesmo traz em primeiro plano as questões relativas ao trabalho: salários e retribuição, organização e proteção do trabalho. Contudo, ela ultrapassa, cada vez mais, o econômico propriamente dito; ela abrange a organização de toda a vida cotidiana, a vida familiar, a habitação, o habitat, a vida da cidade e da sociedade, o ensino, a cultura e a vida moral, os lazeres, etc. [...] (Ajzenberg, 2005, p.12).

Embora Lefebvre se reporte à classe operária no contexto sócio-político europeu da década de 1960, sua discussão é válida para a análise da situação dos trabalhadores brasileiros que, a partir da década de 1990, resgataram o trabalho associado. Tanto quanto os trabalhadores assalariados, os trabalhadores liberados do contrato formal elaboraram formas de juntar a separação das várias esferas da vida “vida em trabalho na empresa, vida familiar, atividades de lazer” (Lefebvre, 2005, p.35). A análise da prática cotidiana de produção do espaço evita a percepção reducionista do ambiente de trabalho de espaço único de atividade produtiva, estendendo-se em todas as esferas da vida cotidiana:

Em um texto publicado em Belgrado, em 1983, por ocasião do centenário da morte de Marx, Lefebvre dizia: ‘As atividades estudadas por Marx e colocadas em primeiro plano pela maior parte das correntes marxistas referiam-se ao trabalho, à produção e aos locais de produção. Essas análises das relações de produção não esgotam, em minha opinião, o modo de produção [...] Elas mal possibilitam compreender seu desdobramento no século XX, sua elasticidade e suas capacidades. O que se passa fora dos locais de trabalho? Para compreender um conjunto de fatos, eu propunha e ainda proponho o conceito de ‘vida cotidiana’. Esse conceito não exclui em nada o de trabalho produtivo. Ao contrário: ele o implica [...] Ele o completa, levando em conta os transportes, lazeres, a vida privada e familiar, assim como todas as modificações que afetaram, no decorrer da época moderna, esses diferentes aspectos da vida e da prática social’.

E Lefebvre dizia ainda:

Essa atitude levou a incluir na análise e na concepção marxista aspectos negligenciados: a arquitetura — o urbanismo —, e, mais amplamente, o espaço e os tempos sociais [...]. É preciso observar que o tempo e o espaço tornaram-se, simultaneamente, mercadorias [...] isto é, ‘bens’ em torno dos quais ocorrem grandes lutas

[...] ou seja, para seu emprego e seu uso [que são, concluía o autor] uma forma moderna da luta de classes, não prevista por Marx, já que ela não existia em sua época (Pode-se ler o artigo completo no número 1 da Revista *La somme et le reste*) (Ajzenberg, 2005, p.17).

As propostas centradas no universo da produção correm o risco de se tornarem produtivistas, no sentido de serem consideradas pelos técnicos como atividades humanas que geram riquezas acumuláveis. Permanece central a ideia de *sobreviver para produzir* e não a lógica contrária, em que a existência de pessoas se torna o fim e não o meio para a produção (Kapp & Lino, 2008). Por essa razão, as iniciativas de produção do espaço dos grupos associados devem ser compreendidas, também, a partir das atividades de reprodução. Isso significa abordar, não somente eventuais atividades reprodutivas no contexto espacial e temporal da produção propriamente dita (intervalo para descanso ou alimentação), mas também os espaços e tempos do trabalho de reprodução realizados por cada membro associado (atividades domésticas), evitando-se a dicotomia entre um universo exclusivo de produção e um universo exclusivo de reprodução.

As ações isoladas das práticas populares não conformam ações políticas pelo simples fato de serem alternativas ao modo de produção capitalista. A ação política é, em sua essência, coletiva (Arendt, 2005). Desse modo, acredita-se que coletivos de trabalhadores que se organizam para garantir condições objetivas e subjetivas de sobrevivência apresentam potencialidades de superação da pobreza material e política.

As potencialidades de auto-organização encontram limites frente à escassez de recursos monetários e não monetários. O universo de opções no processo decisório é restringido e constringido pela escassez de recursos, pelo acesso precário às informações e pelas determinações externas da concorrência de mercado. O desafio das iniciativas populares — e das propostas teóricas e práticas que pretendem favorecê-las — consiste em superar o horizonte das “escolhas pré-escolhidas”, como diz Pierre Bourdieu, isto é, superar as pseudoalternativas previamente definidas pela vulnerabilidade e precariedade a que estão submetidas as parcelas mais pobres da população.

Esses limites impedem que em um espaço de trabalho coletivo, cuja posse é coletiva, ou à princípio deveria ser, apresente um espaço que, ao mesmo tempo, expresse e incida relações sociais (Lefebvre, 1976) não opressoras. Parte-se do princípio que o espaço é dialeticamente produto e produtor de relações sociais de produção (Lefebvre, 1973). Em uma sociedade capitalista, o espaço é considerado produto, pois resulta de trabalho dos homens sobre o espaço, cujo valor de troca é mais determinante que o valor de uso. É reproduzidor de relações sociais de produção, pois exerce papel fundamental para a sobrevivência do capitalismo: “[...] é neste espaço dialectizado [conflitual] que se realiza a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nela contradições múltiplas, vindas ou não do

tempo histórico” (Lefebvre, 1973, p.20). O espaço se submete às determinações do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, um caminho para a superação dos limites à produção do espaço pelos coletivos de trabalho é a autonomia coletiva (Souza, 2010a); ou seja, a discussão, negociação e a eleição de normas entre membros de determinado grupo, para que as ações políticas espaciais possam permanecer e ou prevalecer em uma sociedade de classes. “Não existe autonomia coletiva sem que todos os membros da coletividade tenham a possibilidade de participar diretamente da discussão e da tomada de decisões acerca de uma lei, uma finalidade ou um processo comuns” (Kapp, 2011, *online*). Demo toma emprestado o termo politicidade de Paulo Freire e emprega-o para denominar a “[...] habilidade humana de, dentro das circunstâncias dadas, tomar o destino em suas mãos e construir a autonomia relativa possível como sujeito” (Demo, 1996, p.10). A relatividade da autonomia, e não seu relativismo, se deve ao seu contrário: a heteronomia, em uma relação dialética:

[...] autonomia não é apenas o direito, mas, principalmente, a capacidade de dar a si mesmo suas próprias normas. Também nesse sentido, a autonomia só existe quando há algo de heterônimo em jogo, quando há algo de exterior, de outro. Mas, a autonomia como capacidade de autodeterminação pode ocorrer à revelia das forças heterônomas, ao passo que, como direito de autodeterminação, ela é concedida por essas forças mesmas (Kapp, 2011, p.98).

Há várias tentativas históricas de conformar uma organização social alternativa à sociedade capitalista a partir da produção de novos espaços, a começar pelo socialismo utópico de fins do século XVIII e início do século XIX. Comovidos pelas péssimas condições de moradia e de trabalho dos trabalhadores pobres, pioneiros do socialismo como Robert Marcus Owen (1771-1858), Claude Henri Saint-Simon (1760-1825), François Marie Charles Fourier (1772-1837), Étienne Cabet (1788-1856) e Godin Victor Prosper Considerant (1808-1893) desenvolveram propostas baseadas em formas de vidas associadas. Dentre elas, as “comunidades industriais” de Robert Owen e experiências baseadas nos “falanstérios” de Charles Fourier foram colocadas em prática. Saint-Simon, embora seja considerado o pai do planejamento científico (Friedmann, 1987), não conseguiu que suas propostas fossem “edificadas”.

Engels e Marx (1848, *online*) reconhecem que “essas obras socialistas e comunistas encerram também elementos críticos” e que “atacam a sociedade existente em suas bases”. De fato, é possível delinear algumas diretrizes comuns, ainda que não estejam necessariamente presentes em todas as propostas: (a) escala “ecológica” ou a proposição de limitar o tamanho das cidades para evitar as dificuldades advindas de aglomeração de pessoas; (b) igualdade de acesso às vantagens sociais com distribuição igualitária dos aparelhos, serviços

urbanos, meios de produção e oportunidades de trabalho; (c) melhoria nas condições de salubridade e segurança nos ambientes de moradia e de trabalho; e (d) sistemas alternativos de distribuição de renda, baseados em critérios não atrelados ao tempo de trabalho.

As experiências do socialismo utópico são concebidas e conduzidas por membros de uma classe intelectualizada, não pelos próprios trabalhadores. Não surpreende que elas negligenciem em grande medida a capacidade de autodeterminação desses trabalhadores. Como apontam Engels e Marx (1848, *online*) no *Manifesto Comunista*, as propostas são “fantasistas” porque não são originárias de ação política da classe operária: “Os fundadores desses sistemas compreendem bem o antagonismo dissolvente na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhe seja próprio”.

No Brasil, há registros históricos de importantes iniciativas populares que se organizaram para a implantação de comunidades autônomas, mas que foram posteriormente dizimadas pelo Estado. Delgado (2005) resgata particularmente os movimentos sociais engendrados durante as quatro décadas da República Velha (1889-1930), os quais reivindicaram o direito à terra sob propriedade dos senhores absenteístas. Segundo o autor, Canudos (1895-1998), Contestado (1912-1916), Juazeiro (1889-1934), Caldeirão (1936-1938) são episódios muito diversos de iniciativa popular, que surgem no território dos sertões e no espaço social do setor de subsistência (Delgado, 2005, p.38). Entende-se por economia de subsistência o “expressivo conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que ocupam a maior parte da população brasileira e que escapam às caracterizações clássicas do regime de trabalho escravo ou do regime capitalista assalariado” (Delgado, 2005, p.26). A relevância dessas experiências consiste na apresentação de fortes traços de ruptura com esse setor: produção cooperada interprofissional agrícola e não agrícola, nível de excedente elevado, base artesanal e industrial de produção, comércio exterior.

O movimento que impeliu essas comunidades a constituírem-se apresentou claramente uma ruptura com o padrão de hegemonia da economia política dominante. Agricultores, artesãos, pequenos comerciantes, beatos, romeiros etc., que se aglutinaram nessas localidades e constituíram assentamento humano, fizeram-no fora dos domínios físicos e patrimoniais do latifúndio; criaram novas relações econômicas entre si e com o mercado exterior às aglomerações microurbanas aí formadas; e produziam individual ou coletivamente amplo excedente que permitia expansão, até mesmo acelerada, do estoque de bens sob controle da comunidade e/ou de sua direção religiosa. *A construção ou a reconstrução de igrejas, cemitérios, açudes, casas, cercas, e uma lista variável de empreendimentos*, em curto período, possibilitou e foi possibilitada pela cooperação interprofissional do povo simples. Tal processo de mobilização é estranho ao regime de economia de subsistência, uma vez que todo ele

é subordinado a relações de lealdade e dependência das famílias a um proprietário ausente ou não (Delgado, 2005, p.19, grifo do autor).

O que se quer evidenciar é que, apesar do caráter messiânico da maioria desses movimentos, a ruptura com o poder hegemônico e os fortes traços de superação da economia de subsistência indicam possibilidades elaboradas por uma classe trabalhadora, que ainda não tinha como referência modos de vida baseados no contrato formal entre trabalho e capital. Nesse sentido, é mais coerente reconhecer nos movimentos populares de luta pela terra as origens históricas do atual ressurgimento de iniciativas populares de superação da pobreza massiva; e menos no cooperativismo europeu (Singer, 2002), movimento engendrado pela classe operária no final do século XVIII na Inglaterra, quando o capitalismo industrial generalizou o trabalho assalariado. No Brasil, essas iniciativas populares foram engendradas por um outro tipo de classe trabalhadora, que desde a República Velha sobrevivia às margens da economia colonial. Porém, na opinião de Delgado, a economia brasileira, desde sua colonização até a crise atual¹, não foi capaz de absorver totalmente o setor de subsistência.

Na realidade, o que as teorias de desenvolvimento do campo conservador e do marxista não previram foi a reprodução urbana, em escala ampliada, de relações sociais similares às do setor de subsistência rural na chamada economia informal-urbana, enquanto no espaço rural o setor de subsistência manter-se-ia intacto, depois do ciclo da modernização técnica do período de 1965-1985 (Delgado, 2005, p.28).

Essa não é a representação dominante nas teorias sobre o desenvolvimento capitalista do pós-guerra, as quais assumiram ser um fato a absorção do setor de subsistência pelo capital. Isso vale tanto para a vertente mais conservadora, quanto para a vertente marxista. Oliveira (1975), que é um representante importante dessa última no Brasil, entende a economia de subsistência parte integrante da estrutura social construída pelo capitalismo retardatário brasileiro (integração capitalista marginal). Jessé Souza, expoente da sociologia crítica também compartilha a opinião de que o capitalismo financeiro nos anos 1980 rearranjou o mundo do trabalho, criando um novo tipo de classe trabalhadora, cuja principal característica é a “inclusão subordinada” (Souza, J., 2010, p.52).

De fato, no contexto urbano, diante do desemprego estrutural e tecnológico crescentes, proliferaram as estratégias populares de trabalho e de sobrevivência. No entanto, o termo *economia informal-urbana* não é adequado para referir-se às iniciativas populares, cujo objetivo é a reprodução da vida e não exclusivamente a inversão de capital. O sentido de economia informal é obtido pela negativa, oposição ao contrato social entre capital e trabalho (Coraggio, 2009), reforçando o discurso da inclusão subordinada. Assim, adota-se aqui o termo *economia popular* para designar as atividades de grupos associados:

[...] convenciamos designar por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados à prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. No âmbito dessa economia dos setores populares convivem, além das atividades realizadas de forma individual ou familiar, as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não, a exemplo das cooperativas, empreendimentos autogestionários, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de agricultores familiares, associações de artesãos, escolas e projetos de educação e formação de trabalhadores, organizações de micro-crédito, fundos rotativos, etc. Essa designação, portanto, pretende expressar um conjunto de atividades heterogêneas, sem idealizar, a priori, os diferentes valores e práticas que lhes são concernentes (Kraychete, 2000, p.15).

Dessa forma, os coletivos de trabalhadores conformam um movimento social de outro tipo (Cunha, 2007)². Parte-se da premissa que esse movimento é tradicional na história brasileira, está atrelado às reivindicações de conteúdo classista de luta pela terra, e mais recentemente ao meio urbano, pelas reivindicações de direito à moradia e ao trabalho, como condições básicas de sobrevivência. Difere dos movimentos sociais da década de 1960, que lutavam pela inserção social dos excluídos, como negros e mulheres, na política de proteção social e oferta de serviços públicos pelo estado de bem-estar; porque não se restringe às reivindicações de direito civil, uma vez que elaboram e executam ações práticas que questionam a ordem dominante em suas bases. Nesse sentido, ao lado dos movimentos populares “ativismo favela” e “movimento do sem teto” (Souza, 2010b), deve ser acrescentado o movimento referente ao trabalho associado.

É necessário reconhecer que os grupos de trabalho associado, apesar do apoio de várias entidades de organização civil, como as organizações eclesiais (Cáritas, Comunidades Eclesiais de Base e pastorais), grupos de pesquisa e extensão universitárias, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho) e outras Organizações Não-Governamentais (ONG) como as Brigadas Populares, por exemplo, não apresentam um grau elevado de organização social. A sociologia crítica se propõe a analisar os limites da economia popular empreendida pelos trabalhadores, no sentido de esclarecer que o aumento de renda não corresponde necessariamente à emancipação social. Souza, J. (2010, p.19), e seus colaboradores, ao investigar as classes mais pobres da população brasileira, que provocativamente denominam de ralé (Souza, J., 2009) e de batalhadores (Souza, J., 2010), explicam os mecanismos de violência simbólica que possibilitam a naturalização e a reprodução da desigualdade social no Brasil. A base desse mecanismo é a vinculação de classe à renda. A redução economicista, segundo o autor, está presente

tanto no liberalismo economicista dominante, quanto no marxismo tradicional, e encobre o núcleo que permite a reprodução e a legitimação dos privilégios sociais no tempo, além do capital econômico: o capital cultural, ou seja, a transferência de valores imateriais sob a forma de conhecimento técnico e escolar. Seja como for, se a questão das classes menos favorecidas tivesse como fundamento único e exclusivamente o capital econômico, então as políticas estatais de distribuição de renda seriam suficientes para reduzir as desigualdades sociais. As péssimas condições de vida de grande parte da população brasileira, que podem ser expressas pela inadequação dos ambientes de moradia e de trabalho, revelam a precariedade do argumento economicista.

A análise de Souza, J. (2009; 2010) apoia-se no marco teórico bourdiano que contribuiu para embasar uma premissa teórico-política a ser adotada pelos observadores e pesquisadores que se ocupam dos grupos de trabalho associado, no sentido de superar as tradicionais iniciativas, próprias de políticas públicas e de iniciativas privadas de distribuição de renda, de cunho assistencialista, que auxiliam, sobremaneira, as classes populares na solução de seus problemas referentes à produção do espaço. Bourdieu (2011) esclarece que o capital econômico não é o único que oferece elementos de distinção social e poder a determinado grupo social. As relações sociais baseadas na reciprocidade e identidade (capital social), os elementos de distinção social, quais sejam o estilo de vida (capital simbólico) e a posse de títulos e diplomas (capital cultural), são manipuladas de modo a garantir que pequenos grupos controlem amplos recursos, mantendo seu prestígio social. De fato, os atuais trabalhadores pobres urbanos, muito deles membros dos grupos de trabalho associado, apresentavam pouco capital social, simbólico e cultural, além do já conhecido baixo nível de renda. Mas Jessé Souza também reconhece nas iniciativas dos setores populares as “importantes fontes de solidariedade e de moralidade coletiva” (Souza, J., 2010, p.325) que os batalhadores se apoiam, além da capacidade associativa e desenvolvimento de relações de confiança mútua (Souza, J, 2010).

O desafio das pesquisas teóricas e práticas que se ocupam da produção do espaço de grupos de trabalho associado é superar a economia popular “espontânea”, de forma a subjugar limitações como o individualismo e a alienação, valores próprios do ideário liberal/conservador. Essa transformação requer, além do acesso aos meios de produção, o acesso às instâncias de decisão, de modo a promover a autonomia em todas as esferas da vida, não somente no trabalho produtivo. Dagnino (2008) e Novaes (2010) alertam para o fato de essa transformação exigir novos processos de produção de conhecimento, de maneira a retirar progressivamente o poder de decisão e concepção de processos e produtos da mão de técnicos especialistas. No âmbito da produção do espaço, acredita-se ser necessário investigar os recursos e instrumentos empregados pelos trabalhadores associados, de um lado, e pelos técnicos especialistas, de outro, com o objetivo de elaborar futuros processos de produção do espaço que possam promover “pequenos ganhos de

autonomia” (Souza, 2010a, p.177), indo além das concepções individualistas populares e das propostas heterônomas dos técnicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a argumentação ora apresentada vai de encontro ao senso comum técnico predominante na comunidade profissional e acadêmica, que tende a elaborar propostas de intervenções, nos espaços dos grupos de trabalho associado, as quais idealizam valores a priori, como a dignidade do trabalho produtivo ou a solidariedade ou a sustentabilidade. Assim, uma forma de evitar propostas idealistas é adotar como princípio os limites, conflitos, contradições que os coletivos de trabalho enfrentam em seu dia a dia no que diz respeito à desigualdades de classes no acesso às vantagens sociais que a cidade oferece. Nesse sentido, a organização dos coletivos de trabalho, mesmo de forma precária, indica vestígios de ação política nas práticas cotidianas populares. O propósito é contribuir para a produção de um novo tipo de conhecimento a respeito da produção do espaço, que contribua com a emancipação social das camadas mais pobres da população, em especial dos grupos de trabalho associado.

O conceito de pobreza política indica a necessidade de os técnicos superarem as usuais intervenções baseadas nos princípios de distribuição de renda. O risco é o técnico restringir as relevantes questões sociais e políticas enfrentadas pelos coletivos de trabalhadores a uma questão econômica, ao atender somente às reivindicações que contemplem a aquisição de meios de trabalho, como os equipamentos e o próprio espaço.

O conceito de vida cotidiana aponta para a espacialização das relações de opressão, próprias do modo capitalista de produção, para além do espaço da fábrica; e expressa a particularidade da classe trabalhadora elaborar estratégias em seu cotidiano, para juntar os espaços previamente divididos e especializados pelo capital. Portanto, os técnicos interessados em auxiliar os coletivos de trabalho devem atentar para não reproduzir essa lógica do espaço fragmentado e, em especial, eles devem se esforçar para identificar o modo como os coletivos de trabalho lidam com essa fragmentação.

O conceito da precedência da esfera de reprodução sobre a esfera da produção supera a falsa dualidade entre esses dois universos. Em nome dessa falsa dualidade, os técnicos atuam de modo a humanizar os insalubres e inseguros ambientes de trabalho, apaziguam os ânimos de trabalhadores descontentes e permanecem subjugando o universo de produção ao da reprodução. Ao conceber que a esfera de reprodução precede a esfera da produção, as autoras não somente conferem um novo valor às atividades domésticas, quanto indicam que a esfera da reprodução impõe limites às atividades produtivas. Desse modo, os técnicos devem estar igualmente atentos ao universo de reprodução dos coletivos de trabalho, de modo a contribuir para a submissão da produção aos valores e às prioridades determinadas pelos grupos de trabalho associado.

O conceito de “autonomia coletiva” reforça o caráter político da produção dos espaços, considerando que a apropriação do espaço pelos coletivos de trabalho ocorre, no âmbito de sua estrutura interna, a partir de um processo horizontal de tomada de decisão. Portanto, ao contrário da representação da maioria dos técnicos, a autonomia coletiva somente é possível por meio do acirramento de conflitos, debatidos em longos processos de discussão entre os membros do grupo. Cabe ao técnico especialista contextualizar as características de cada argumento, esclarecendo as características de qualquer tomada de decisão, por parte dos coletivos de trabalhadores.

Diante do exposto, de modo a potencializar a produção de espaços pelos coletivos de trabalhadores, os técnicos devem fundamentar o conhecimento técnico especializado em outras bases, considerando as particularidades dos processos de produção do espaço pelos grupos de trabalho associado. O intuito é evitar reprodução de costumeiras relações sociais de opressão.

NOTAS

1. Delgado analisa a economia de subsistência segundo os períodos econômicos no Brasil: economia colonial, transição do escravismo ao trabalho livre, economia capitalista industrializada da década de 30, urbanização e industrialização aceleradas no período de 65-85 e crise da década de 80 até a virada do século.
2. Segundo Cunha: “Embora não haja um consenso entre os teóricos de movimentos sociais sobre a definição desta realidade empírica, é possível considerar que existe um movimento organizado da economia solidária no Brasil. Paralelamente ao ideário e a estratégias adotadas pelos movimentos sociais desde os anos 1970 e 1980 e mais recentemente às redes sociais, este é um movimento cujas raízes remontam a práticas de lutas ligadas ao trabalho e à terra, e portanto a movimentos tidos como tradicionais e que são mais comumente com referência às lutas de classes e ao modelo de desenvolvimento” (Cunha, 2007, p.302).

REFERÊNCIAS

- AJZENBERG, A. As classes sociais e suas formas modernas de luta. *Revista GEOUSP — Espaço e Tempo*, n.17, p.9-19, 2005.
- ARENDT, H. *A condição humana*. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2.ed. Porto Alegre: Zouk, 2011. p.17-173.
- CORAGGIO, J.L. *Territorio y economías alternativas*. In: SEMINARIO INTERNACIONAL PLANIFICACIÓN REGIONAL PARA EL DESARROLLO NACIONAL, 1., 2009, La Paz. *Anais...* La Paz: Ministerio de Planificación del Desarrollo, 2009. p.1-28.
- CUNHA, G.C. *Políticas públicas de economia solidária enquanto resignificação das relações Estado-Sociedade: alguns elementos teóricos e empíricos*. 2007. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/EPPGG/producaoAcademica/ARTIGO_GABRIELACUNHA_SEMINARIO.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2010.
- DAGNINO, R. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: Unicamp, 2008.

- DELGADO, G.C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: Jaccoud, L. (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p.19-50.
- DEMO, P. *Pobreza política*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- ENGELS, F.; MARX K. *Manifesto comunista*. 1848. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/>>. Acesso em: 28 fev. 2013.
- FRIEDMAN, J. *Planning in the public domain: From knowledge to action*. New Jersey: Princeton University Press, 1987.
- KAPP, S. Casa alheia, vida alheia: uma crítica da heteronomia. *VIRUS*, n.5, 2011. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=3&item=2&lang=pt>>. Acesso em: 28 abr. 2013.
- KAPP, S.; LINO, S.F. Na cozinha dos modernos. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v.15, n.16, 2008.
- KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LEFEBVRE, H. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, H. *Espacio y politica*. Barcelona: Peninsula, 1976.
- LEFEBVRE, H. Psicologia das classes sociais. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, n.17, p.21-41, 2005.
- NOVAES, H.T. *O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Fapesp, 2010.
- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2002.
- SOUZA, J. (Coord.). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. 483p.
- SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- SOUZA, M.L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.
- SOUZA, M.L. "Com o estado, apesar do estado, contra o estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta". *Cidades*, v.7, n.11, p.13-47, 2010b.

VIVIANE ZERLOTINI DA SILVA Universidade do Estado de Minas Gerais | Escola de Design | Departamento de Sistemas de Utilização | Av. Pres. Antônio Carlos, 7545, São Luís, 31210-000, Belo Horizonte, MG, Brasil | E-mail: <zerlotini@oi.com.br>.

Recebido em
3/5/2013,
reapresentado
em 28/11/2013
e aprovado em
6/2/2014.